

A LEI 10.639/03 E OS DESAFIOS DE SUA IMPLANTAÇÃO: UMA ABORDAGEM SOBRE AS DIFICULDADES DOS PROFESSORES DE LITRATURA EM LECIONAR O QUE NÃO SE APRENDE NA IES

Joseane da Silva Nascimento

Sayonara Souza da Costa

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

1-Introdução

Diante da diversidade que originou o país em que vivemos é nítida a necessidade de que conheçamos a maior parte da história que culminou a origem da nossa cultura. Esse conhecimento se torna ainda mais imprescindível quando tratamos da formação de professores. A má formação desses profissionais, provavelmente, resultará em uma má formação de seus alunos.

A preocupação com a formação dos professores ficou tão evidente quando, tomando como exemplo o estado da Paraíba, criou-se a “Formação Continuada”. Esse programa recebe algumas críticas que se fundamentam na ideia de que, se houvesse uma boa formação na IES (Instituição de Ensino Superior), a formação continuada não seria necessária.

Por outro lado, sabemos que a formação do professor não é concluída após a graduação, e nem mesmo depois de anos de prática docente. Essa formação deve ser continuada e aperfeiçoada durante toda sua trajetória, talvez essa seja um dos meios que garantam a formação de um bom professor, ou seja, o aprendizado contínuo. Mas, é evidente que a IES deve garantir um viés sólido que encaminhe a formação do professor através de “bons trilhos”.

Não importa em qual curso de Licenciatura o sujeito está inserido, mas desde o início desse processo, o futuro docente precisa ter em mente a pluralidade que forma as salas de aula das escolas do nosso país. Por isso se torna tão importante essa formação, como afirmar Sandon, s/d

Em um país com tamanha diversidade cultural, grandes extensões territoriais e uma enorme desigualdade de oportunidades educacionais

muitas vezes depararam com realidades educacionais bastante distintas. Há regiões do Brasil em que os docentes não recebem nenhum suporte teórico-metodológico à sua prática pedagógica e, quando o recebem, muitas vezes não conseguem incorporar no contexto de sua sala de aula o que aprenderam nos programas oficiais de formação de leitores, a ponto de encontrarem uma ressignificação para suas práticas diárias. O professor, muitas vezes, não consegue relacionar a teoria à sua prática e até hoje muitas conquistas educacionais dos últimos 30 anos.

A grande dificuldade em não conseguir aliar teoria e prática é um dos fatores que atrapalham o bom rendimento em sala de aula de muitos professores, apenas os conhecimentos de bons métodos e dos conteúdos que devem ser abordados em sala de aula garantirão as possíveis melhorias para reverter esse quadro. Dentro do âmbito de conhecimentos que devem ter esses futuros professores, bem como aqueles já estão atuantes no contexto escolar, surge-nos a implantação da lei 10.639/03 que prevê o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana nas Escolas públicas e também particulares, no Ensino Fundamental e Médio. Apesar de ter sido publicada em janeiro de 2003, e tendo em mente a obrigatoriedade do que prevê essa lei, seu cumprimento ainda é bastante escasso nas escolas do Brasil. Ora, haja vista essa pluralidade que originou esse país, deixar de lado o estudo desses conteúdos é praticamente esquecer uma parte de nossa própria história.

Outro ponto que não podemos esquecer nos assuntos que norteiam a obrigatoriedade do ensino da História Afro-Brasileira e Africana na Escola é a limitação do estudo sobre a escravidão ocorrida no Brasil, fato esse que colabora grandemente para que os alunos ainda alimentem a ideia de que o povo africano contribuiu apenas com a mão de obra e que nada acrescentaram em nossa cultura. O estudo sobre as contribuições do povo africano para nossa cultura será um largo passo rumo à superação desse racismo tão latente em nossa sociedade que ainda não conseguimos superar.

2- Objetivo:

Este artigo objetiva-se em abordar as dificuldades encontradas na trajetória de formação na IES devido à falta da abordagem do ensino da Literatura Africana, já que essa disciplina é optativa na academia.

3. Referencial Teórico

3.1 A importância da formação para um professor

A preocupação com a formação dos professores tem sido algo bastante evidente dada às dificuldades enfrentadas na educação nacional. Acredita-se que investir em uma boa formação para os professores acarretaria em melhorias no quadro em que se encontra o ensino em nossas escolas. Mas os impactos ocasionados através de uma boa formação vão além desses fatores, a diversidade cultural que encontramos no Brasil exige dos docentes o conhecimento necessário para lidar com essa pluralidade etnicorracial. Segundo Saviani, 2009

A necessidade da formação docente já fora pre-conizada por Comenius, no século XVII... É na Lei das Escolas de Primeiras Letras, promulgada em 15 de outubro de 1827, que essa preocupação apareceu pela primeira vez. Ao determinar que o ensino, nessas escolas, deveria ser desenvolvido pelo método mútuo, a referida lei estipula no artigo 4º que os professores deverão ser treinados nesse método, às próprias custas, nas capitais das respectivas províncias. Portanto, está colocada aí a exigência de preparo didático, embora não se faça referência propriamente à questão pedagógica.

Ou seja, a preocupação com a importância de uma boa formação para os nossos professores não é algo recente, mas é possível observar que mesmo diante de preocupações que remontam a antiguidade, essa formação ainda não consegue tornar todos os educadores capazes de conseguir lidar com os desafios impostos pelo contexto escolar. O contexto escolar exige que o professor consiga aliar toda a teoria estudada na IES com a prática necessária para mediar o saber dos alunos. Se o professor não conseguiu ter na IES uma formação que o torne capaz de seguir a linearidade entre teoria e prática, o processo de mediação, provavelmente, não surtirá o efeito desejado e os alunos, mais uma vez, serão os principais prejudicados. Como afirma Scantimburgo, 2003

As relações sociais entre professores e alunos dentro da escola são fatores fundamentais para se entender a evolução no processo de aprendizagem. Esses relacionamentos envolvem uma gama de fatores extra-escolares que se refletem de forma direta na interação dos sujeitos envolvidos, caracterizando assim, a didática apresentada dentro da sala de aula. Nesse sentido, o docente, nesse papel de educador, nem sempre reconhece a complexidade que envolve o meio social do aluno e a consequência dessa problemática no ambiente escolar.

A importância da formação para o professor refletirá, consideravelmente, nos métodos que esse futuro docente poderá aplicar em sala de aula. Mais que isso, possibilitará ao educador meios para lidar com a pluralidade que compõem as salas de aula em nossas escolas e, sem dúvidas, trará um melhor aprendizado para os nossos alunos, contribuindo, também, para a formação crítica dos estudantes.

3.2 As dificuldades dos professores em cumprir a Lei 10.639/03

Há inúmeros estudos publicados sobre a lei 10.639 e a importância de sua implantação nas Escolas. Esses estudos também apontam a escassez e a lentidão em se fazer cumprir o que regulariza a lei supracitada, por outro lado, cabe-nos questionar se o se fazer cumprir dessa lei cabe apenas aos professores, ou se os estudos sobre a história africana continuará sendo apenas uma data comemorativa que aparece nos calendários escolares uma vez durante todo o período letivo. Como afirma Santos, s/d

No dia 10 de março de 2004, a fim de regulamentar a lei, o Conselho Nacional de Educação aprovou o parecer 003/2004 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O parecer propõe uma série de ações pedagógicas para o conjunto da escola visando à implementação da lei. Muitas foram as reações com relação à nova lei, alguns a acharam desnecessárias, outros porém consideraram um grande avanço para a educação brasileira. Os críticos a acharam desnecessária já que os conteúdos já estavam presentes na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e por ferir a autonomia curricular dos estados brasileiros.

Também devemos ter em mente o distanciamento que algumas pessoas insistem em manter da cultura africana, ouvimos, muitas vezes, o referimento “àquela cultura” como algo distante, ou algo que não está inserido em nossa sociedade. Para que haja o sucesso de implantação dessa lei é preciso haver a união entre todos os indivíduos da escola, o professor como mediador do conhecimento precisa primeiramente superar as dificuldades encontradas diante da escassez de informações que contribuem ainda mais para a lentidão desse processo.

Se tomarmos como base a Universidade Federal da Paraíba, mais precisamente o curso de Letras- Habilitação em Língua Portuguesa, iremos notar que existe apenas uma disciplina que se destina aos estudos sobre a história da África, ou melhor, da Literatura Africana. Mas será que essa disciplina fornece toda a bagagem teórica e prática que os

futuros docentes necessitam? Além disso, a disciplina de Literatura Africana aparece como uma disciplina optativa, o que significa que os alunos podem ou não cursá-la.

O caráter optativo dessa disciplina acaba por anular um passo que seria de suma importância para os alunos, pois a oferta dessa disciplina já seria um alicerce para suscitar nos estudos da IES o gosto pelos estudos sobre a Literatura Africana e, com isso, conseguir mediar o estudo dos conteúdos nas Escolas. Pois, ainda segundo Santos, s/d

Ensinar História da África aos alunos brasileiros é a única maneira de romper com a estrutura eurocêntrica que até hoje caracterizou a formação escolar brasileira. Com a lei sancionada, tornando obrigatório o ensino da História dos afro-brasileiros e africanos no ensino fundamental e médio, deu-se conta das dificuldades de sua implementação, a começar que com algumas exceções os professores nunca tiveram, em suas graduações, contato com disciplinas específicas sobre a história da África, além do que a grande maioria dos livros didáticos de História utilizada nestes níveis de ensino não reserva para a África espaço adequado, os alunos passam a construir apenas estereótipos sobre a África e suas populações.

A falta de disciplinas que forneçam conhecimentos para os educadores acabam por tornar o sucesso da implantação à lei ainda mais distante e lenta. A própria formação do professor já se mostra com algumas deficiências, quando essa formação precisa ser testada, dentro do espaço escolar, por exemplo, o educador ainda se depara com inúmeras dificuldades, como a falta de material que aborde de forma satisfatória esses conteúdos.

Desse modo, fica nítida que, por mais que tenhamos em mente a importância de implantação dessa lei, é preciso que primeiro seja feito um mapeamento dessas dificuldades, para que sejam traçadas metas que busquem anulá-las. E ainda será preciso que a própria IES assuma o seu papel na formação dos educadores. O sucesso dessa lei só poderá ser alcançado quando todos os indivíduos que nela estão inseridos comecem a exercer o seu papel para que os únicos prejudicados não continuem sendo os alunos que, seja da IES ou das escolas de ensino fundamental e médio, acabam não estudando essa parte tão importante de nossa história.

4- Metodologia

O procedimento metodológico desse artigo baseou-se no tipo de pesquisa Descritiva e, para tanto, foram analisadas e interpretados dados coletados através de questionário aplicado com 10 (dez) alunos voluntários do curso de graduação em Letras- Habilitação em Língua Portuguesa da Universidade Federal da Paraíba.

Como o artigo busca expor as dificuldades enfrentadas pelos professores em ensinar o que não se aprende na Instituição de Ensino Superior, os alunos tiveram que responder perguntas que contemplavam aspectos relacionados à sua formação, ou seja, a formação oferecida por sua IES.

Tendo em isso em mente, os dez alunos voluntários, selecionados de acordo com a disponibilidade em conhecer a temática da pesquisa e o interesse em contribuir para esta, tiveram que responder a quatro perguntas que buscavam perceber se a instituição de ensino onde estão inseridos fornece alguma disciplina que consiga propor estudos para que, após sua formação, esses alunos consigam alcançar resultados satisfatórios quanto ao que prever a lei 10.639/03.

Além disso, também tivemos o interesse em identificar se os alunos ao menos conheciam essa lei, pois para que haja uma preocupação com sua implantação é primeiramente imprescindível que os alunos saibam da existência dela. O questionário também buscou coletar dados sobre o posicionamento crítico dos alunos em relação aos assuntos etnicorraciais, na verdade, nos detemos em conhecer quantos desses alunos possuem afinidade ou interesse com esses assuntos.

A coleta desses dados durou duas semanas (ver questionário completo em Apêndice). Após apresentarmos o título e a temática dessa pesquisa os alunos puderem se disponibilizar ou não em responder os questionários que fomentaram os resultados dessa pesquisa. Muitos ainda mostraram certo desconforto em lidar com assuntos que possuem como temática a discriminação ou o racismo mesmo que trabalhado da forma como proposta por esse artigo.

5- Resultados

Após as análises feitas através dos questionários que embasaram o processo metodológico desse artigo, pudemos alcançar os seguintes resultados: quando perguntados se conheciam a lei 10.639/03 apenas três alunos conheciam essa lei e o que ela prevê. O conhecimento da lei veio através de uma determinada disciplina do currículo. Os demais, que podemos ter como maioria, não a conhecia, mas demonstraram interesse em buscar respostas para os seus questionamentos.

A segunda pergunta proposta tinha o objetivo de conhecer a(s) disciplina (s) do currículo que se destinava aos estudos da história da África. Todos os alunos apontaram como única disciplina existente a matéria denominada de Literatura Africana de Língua Portuguesa. Ou seja, os alunos demonstraram conhecimento do currículo escolar.

Dando sequência a análise das respostas dadas pelos alunos voluntários, chegamos à pergunta que se objetivou em saber o posicionamento dos alunos em relação à formação proporcionada por sua Instituição de Ensino Superior. Apenas dois alunos se mostraram satisfeitos com essa formação, e acreditam que essa Instituição fornece a diversidade temática necessária para sua atuação em sala de aula, os outros alunos apesar de afirmarem que IES, quanto ao currículo, não proporciona essa formação desejável, mas que também é possível aperfeiçoar essa formação através dos cursos de extensões também oferecidos pela Instituição de Ensino Superior.

Quanto à pergunta que questionava o tamanho do interesse dos alunos em relação à diversidade etnicorracial, todos os alunos demonstraram interesse sobre esses assuntos e acreditam na sua importância para a sua formação e futura atuação em sala de aula.

Diante da análise dos dados coletados através dos questionários, podemos observar que os alunos que cursaram a disciplina de Literatura Africana conseguiram garantir alguma bagagem teórica para sua futura trajetória docente. Mas tendo em mente o caráter optativo dessa disciplina, já podemos inferir que nem todos os alunos dessa instituição poderão ter o mesmo aprendizado. Quando asseguramos que esses alunos conseguiram tais conhecimentos, nos baseamos no fato de que os alunos que cursaram essa disciplina afirmam que todos os conhecimentos que conseguiram adquirir sobre a diversidade cultural se deram através das disciplinas optativas em Literatura Africana ou Literatura Popular.

Diante disso, outra preocupação ocasionada através das análises desses dados é a escassez de disciplinas do currículo que contemplem os estudos sobre a história da África, país que contribuiu imensamente para a formação de nossa sociedade. E essa constatação surge-nos para evidenciar os desafios da implantação da lei 10.639, pois, infelizmente, os alunos não conseguem se aprofundar nos assuntos sobre a História afro-brasileira e africana na escola.

Acreditamos que o resultado dessa pesquisa veio a comprovar a escassez de disciplinas na IES que possam garantir o sucesso da Lei 10.639/03, ter no currículo apenas uma disciplina que contemple essa proposta não assegura a bagagem necessária

para os futuros educadores, mesmo com a afirmação de todos os alunos que garantem a excelência do referencial usado na disciplina. No que se diz respeito aos alunos que não conheciam essa lei, e diante do posicionamento que estes tiveram quando se depararam com essa constatação, podemos aferir que essa pesquisa também possibilitou para os alunos algum conhecimento, mesmo que inicial, sobre o que prevê essa lei.

6- Conclusão

Vivemos em um sistema educacional que cobra cada vez mais dos professores uma boa formação. Mas sabemos que essa formação ainda contém alguns aspectos que precisam ser melhorados para que haja resultados positivos no ensino público Nacional. É preciso que os professores contem com materiais e suportes didáticos que contribuam não só para que o docente consiga estabelecer melhorias em sua sala de aula, mas para que seja garantido o melhor aprendizado dos alunos.

Para que essa formação seja alcançada mais rapidamente é preciso que cada órgão contribua com o seu papel. Ora, conseguir a regulamentação de uma lei que surge como um meio para conseguirmos diminuir ou até mesmo superar o racismo em nossa sociedade, já foi uma vitória imensa, mas garantir o sucesso de sua implantação é de suma importância para que o objetivo dessa lei seja alcançado.

Cabe também a IES ampliar a oferta de disciplinas para que os futuros docentes consigam ser os mediadores da abordagem desses assuntos em sala de aula. É preciso garantir que essa parte da história não seja mais esquecida, precisamos desmistificar a velha ideia eurocêntrica da cabeça de nossos alunos. É inaceitável que muitos alunos ainda acreditem que todos os africanos vivem em aldeias, e que seus costumes, sua culinária, sua língua, em nada contribuíram para a formação de nossa sociedade.

7- Referências Bibliográficas

ALMEIRA, Consuelo Silva. Uma Experiência Significativa Com a Literatura Africana. 2012. Disponível em: <http://descobrinodoafrica.blogspot.com.br/2012/06/literatura-africana-em-sala-de-aula.html> Acesso em 27 de outubro de 2014.

COSTA, José Francisco. Poesia africana de língua portuguesa. Cronópios, Literatura e Arte no Plural, São Paulo: Bitnick Comunicação Online Ltda, 5/4/2006. Disponível em:

<<http://www.cronopios.com.br/site/ensaios>>. Acesso em: 05 abr. 2007.

NASCIMENTO, João Gabriel do in Outros. **EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS** Outras perspectivas para o Brasil. 1. ed. -- Uberlândia, MG : Editora Gráfica Lops, 2012. Disponível em: http://www.neab.ufu.br/sites/neab.ufu.br/files/Livro_Especializa%C3%A7%C3%A3o_NEAB_0.pdf. Acesso em: 19 de outubro de 2014.

ORIENTAÇÕES CURRÍCULARES PARA O ENSINO MÉDIO DO ESTADO DA PARAÍBA. V. 1. João Pessoa, 2007.

Scantimburgo, André Luis. **A Importância da Formação no trabalho do professor: Análise do Convívio entre Professores e Alunos Focando o Papel do Educador**. Acesso em 21 de outubro de 2014. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/andreluisscatimburgo.pdf>

SANDO, Ana Paula M. D. **A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA TRABALHAR A LEITURA DE MANEIRA PLURAL E REFLEXIVA COM SEUS ALUNOS**. Acesso em 21 de outubro de 2014. Disponível em: http://www.portalgens.com.br/baixararquivos/textos/pedagogia_critica.pdf

SANTOS, Jocéli Domanski Gomes dos. **A LEI 10.639/03 E A IMPORTÂNCIA DE SUA IMPLEMENTAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA**. Acesso em 21 de outubro de 2014. Disponível em: http://www.nre.seed.pr.gov.br/uniaodavitoria/arquivos/File/Equipe/Disciplinas/Biologia/A_LEI_10639_03_E_A_IMPORTANCIA_DE_SUA_IMPLEMENTACAO.pdf

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Educação. V. 14n. 40 jan./abr. 2009

Apêndice

V Seminário Nacional de Estudos Culturais Afro-Brasileiros

III Semana Afro-Paraibana

Questionário Referente à pesquisa intitulada: A LEI 10.639/03 e os desafios de sua implantação: uma abordagem sobre as dificuldades dos professores de Literatura em lecionar o que não se aprende na IES

Idade:

- 1) Você conhece a Lei 10.639/03 e o que está regulamentando? Se sua resposta foi sim, seu conhecimento veio através da sua IES (Instituição de Ensino Superior)?
- 2) Dentro da sua grade curricular existe alguma disciplina obrigatória ou optativa sobre a Literatura Africana? Quantas e quais?
- 3) Você acredita que sua IES (Instituição de Ensino Superior) consegue proporcionar para a sua formação diversidades temáticas que contemplem o Ensino da História-Africana ou sobre a Literatura Africana? Justifique.
- 4) Qual o seu interesse em relação às diversidades étnicorraciais?